



O PORTADOR DE DEFICIÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE FOZ DO IGUAÇU – MITO OU REALIDADE

Vol. 1 nº 2 jul./dez. 2006

p. 267-282

Denise Rodinski Braga¹

Universidade Tuiuti do Paraná

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo o levantamento de informações e dados sobre a situação sócio-educacional dos portadores de deficiências nas Instituições de Ensino de Foz do Iguaçu. O contexto da pesquisa contou com dados estatísticos a nível governamental atualizado, buscando refletir como está ocorrendo o processo de inclusão educacional nesta cidade. O estudo combinou características de pesquisa empírica e teórica, sendo desenvolvido no período compreendido entre 20 e 30 de novembro de 2004, e incorporou diversos setores educacionais a nível público estadual, municipal e privado. Os resultados encontrados forneceram um panorama real da situação sócio-educacional destes indivíduos, comprovando a ineficácia dos programas educacionais oferecidos e aplicados atualmente em nosso país, assim como a sua baixa amplitude de alcance a estas populações.

Palavras-Chaves: Diferenças individuais – Portador de deficiências – Ensino Inclusivo

ABSTRACT: The present study had as main objective offer informations on the partner-educational situation of the carriers of deficiencies in Iguaçu education institutions. The context of the research counted on statistical information the brought up to date governmental level, searching to reflect if the process of educational inclusion in this city is occurring. The study is combined characteristics of empirical and theoretical research, being developed in the period between 20 and 30 of November of 2004, and incorporated several educational sectors the state, municipal, private and public level. The joined results had supplied to a real panorama of the partner-educational situation of these individuals, proving the inefficacy of the educational programs offered and applied currently in our country, as well as its low amplitude of reach to these populations.

Key-words: Individual differences - Carrying of deficiencies - Inclusive Education

1 INTRODUÇÃO

As considerações e abordagens acerca das diferenças individuais humanas e as suas relações sociais tem despertado o interesse de várias gerações de estudiosos e nos levaram a uma reflexão comparativa entre os pensamentos teóricos e o seu desenvolvimento real dentro das salas de aula. A crescente valorização da heterogeneidade e das singularidades tem se manifestado em vários setores sociais, entre eles, e inevitavelmente, os educacionais.

A educação dos portadores de deficiência no Brasil tem gerado inúmeras discussões sem, no entanto, consolidar-se como de caráter emergencial nos estabelecimentos educacionais no país. Nosso questionamento inclui aspectos como: O que deve ser feito para que se cumpram as medidas estabelecidas em leis educacionais e que dizem respeito aos portadores de deficiências? Existe ou não uma real mudança de comportamento social e educacional frente a estes indivíduos? Estão, hoje, os estabelecimentos de ensino e suas equipes de professores, coordenadores e funcionários preparados para receber alunos portadores de deficiências em suas salas de aula?

Se pensarmos em uma realidade próxima, a cidade de Foz do Iguaçu conta com uma geografia privilegiada, detentora de uma diversidade sócio-cultural que inclui 72 etnias, conseqüentemente centralizadora de pensamentos e valores diferenciados. Como se dá a representatividade dos portadores de deficiências nas Instituições de Ensino público e privado desta cidade? Quais as possíveis barreiras ou dificuldades ainda enfrentadas por estes indivíduos no cotidiano escolar e profissional? Estas Instituições estão preparadas para recebê-los em seu quadro de alunos?

Acreditamos que o ensino dos portadores de deficiência não deve permanecer restrito a poucos exemplos de escolas e professores que aceitaram a diversidade nas salas de aula e “deram certo”. Ele representa muito mais que estatísticas, mascaramentos ou a simples presença de indivíduos “diferentes” dentro de estabelecimentos educacionais. Ele compreende a estruturação e o enriquecimento da formação docente, como também as ricas experiências de humanização e crescimento pessoal entre os seres humanos.

Neste estudo foi realizado um levantamento de dados e questões pertinentes à realidade acadêmica dos indivíduos portadores de deficiências, a estrutura social, educacional, administrativa e física das Instituições de Ensino que os atendem. O estudo investigou ainda, a insuficiência de ações coordenadas dos serviços disponíveis da comunidade educacional, governamental ou não-governamental, a insuficiência de recursos humanos devidamente qualificados para o atendimento de pessoas portadoras de deficiências e a possível carência de recursos financeiros e materiais destinados ao seu atendimento. Este estudo procurou promover informações e dados atualizados relativos às pessoas portadoras de deficiências dentro do contexto educacional da cidade de Foz do Iguaçu.

2 METODOLOGIA - CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS ATUAIS

Baseando-se no interesse de levantar informações e dados sobre a situação sócio-educacional dos portadores de deficiências nas Instituições de Ensino de

Foz do Iguaçu, foi necessário a realização de pesquisa de campo para fundamentação das respostas formuladas no projeto inicial. Estas respostas seriam inviáveis se não nos permitíssemos fazer um reconhecimento do panorama educacional brasileiro, e também a nível público estadual, municipal e privado. O contexto da pesquisa contou com dados estatísticos atualizados, buscando refletir de modo prático como está ocorrendo o processo de inclusão educacional nesta cidade. O estudo combinou características de pesquisa empírica e teórica, no período compreendido entre 20 e 30 de novembro de 2004, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, e incorporou diversos setores educacionais, entre eles:

- Núcleo Regional de Ensino (Setor de Educação Especial);
- Secretaria Municipal de Educação (Departamento de Educação Especial);
- Direção das Instituições de Ensino Superior Pública (UNIOESTE), e Privadas (UDC, UNIAMÉRICA, CESUFOZ, ANGLO AMERICANO e UNIFOZ).

A estrutura de pesquisa desenvolvida neste estudo envolveu a bibliografia conceitual teórica disponível no âmbito da Psicologia Social, entre eles J.M. Sawrey e C.W. Telford e da Pedagogia como S. Mazzili, Marcos Mazzota e Vitor da Fonseca. Registros Educacionais, artigos científicos, materiais, revistas pedagógicas e periódicos também foram consultados como fonte de coleta de dados. Indicadores quantitativos também foram considerados. Dentre as ações da pesquisa de campo realizadas, destacam-se: coleta documental fornecida pelas Instituições pesquisadas, observações diretas aos locais alvos e entrevistas estruturadas aos Gestores. Foi assegurado, ainda, o sigilo ético em relação a nomes pessoais e dos dados qualitativos individuais das instituições públicas e privadas de nível superior, respeitando a solicitação das mesmas, sendo descritas nesta pesquisa, como instituição A, B, C, D, E e F na tabela 9. A pesquisadora respeitou a disponibilidade dos participantes, obedecendo a critérios de prazo, localização e planejamento prévio, em comum acordo entre as partes.

3 RESULTADOS - PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ PARA A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU

Dados do IBGE de 2003 relatam a existência de cerca de 10% da população estadual/municipal portadora de algum tipo de deficiência:

TABELA 1 – Números de Deficientes

LOCAL	Nº DE DEFICIENTES
PARANÁ	1.380.000
FOZ DO IGUAÇU	138.000

FONTE: SMEFI/ DEE, 2004²

Na pesquisa realizada no Núcleo Regional de Ensino em Foz do Iguaçu, os dados fornecidos pela Instituição referentes às matrículas de alunos na rede estadual de ensino na cidade, estão distribuídos da seguinte forma:

TABELA 2 – Quantidades de Alunos Matriculados

NÍVEL	QUANTIDADE
5ª A 8ª(Ensino fundamental regular)	19.360
Ensino médio regular	9.991
5ª a 8ª EJA (educação de jovens e adultos)	2.204
Ensino Médio (EJA)	679
Magistério (profissionalizante)	850
Técnico rural (profissionalizante)	311
TOTAL	33.395

FONTE: Núcleo Regional de Ensino/Foz do Iguaçu/Novembro, 2004.

Os portadores de deficiências, matriculados nas escolas estaduais, encontram-se inseridos da seguinte forma:

TABELA 3 – Tabela de Portadores de Deficiência da Rede Estadual de Ensino.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	ED.FUND. 5ª A 8ª REGULAR	ED.FUND. 5ª A 8ª EJA	ENS. MEDIO REGULAR	ENS. MEDIO EJA	ENS.PROFIS-SIONAL - MAGISTERIO	ENS.PROFIS-SIONAL TÉCNICO AGRICOLA	TOTAL
FISICA	07	--	--	04	--	--	11
VISUAL	06	--	--	04	--	--	10
AUDITIVA	21	--	09	--	03	--	33
MENTAL	--	15	--	15	--	--	30
							84

FONTE: NRE/FOZ DO IGUAÇU, 2004.

O Estado provê o ensino regular a partir da 5ª série do ensino fundamental, o ensino profissionalizante e alfabetização de jovens e adultos (EJA). A matrícula do portador de deficiência pode ser realizada em qualquer escola da rede estadual de ensino regular, a qual solicita avaliação e estudo de caso da equipe do Núcleo Regional de Ensino, para receber as devidas adaptações

curriculares, recebimento de material didático de apoio, equipamentos e mobiliário necessário para a realização das tarefas dentro da sala de aula como cadeiras de rodas, lápis adaptado, livros traduzidos para o braile, reglete e a punção, materiais pedagógicos ampliados. Todos estes materiais são fornecidos pelo Governo do Estado do Paraná e o processo de análise e liberação ocorre em aproximadamente em 30 dias. As turmas que recebem exclusivamente alunos portadores de deficiências dispõem de professores especializados e concursados, tendo inclusive em seu quadro funcional, professores escribas e intérpretes de LIBRAS.

O Núcleo Regional de Ensino procura inserir o alunado portador de deficiências preferencialmente nas turmas do ensino regular, pois assim, segundo o órgão, também possibilita a matrícula de novos alunos. Provê ainda, as escolas da Rede Estadual, de apoio técnico-pedagógico especializado aos alunos portadores de deficiências e aos professores regentes. Pudemos observar durante a análise dos dados obtidos na pesquisa que, a nível estadual, embora o número de alunos portadores de deficiências inseridos no ensino regular tenha aumentado, ainda representam aproximadamente 0,25% do total de matrículas efetivas, o que ainda permanece distante dos objetivos preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

4 PROGRAMAS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Em pesquisa realizada no Departamento de Educação Especial do Município de Foz do Iguaçu, através da coleta de dados fornecidos pela Diretora do Departamento, pudemos observar um crescimento na população atendida por este setor e a evolução das políticas educacionais desenvolvidas a partir do ano de 2000. Houve um aumento significativo das matrículas efetuadas para a inclusão de alunos na rede regular de ensino em classes especiais e instituições de Ensino Especializado. O município abrange o alunado de Educação Infantil e Ensino Fundamental (séries iniciais de 1ª a 4ª), e revelou a elevação de 14 para 59 alunos em classes regulares se compararmos ao ano de 2000. O número de escolas municipais que oferecem atendimento educacional aos portadores de deficiências cresceu sensivelmente, assim como as salas de recursos, sendo implantados também as salas de apoio que até então não existiam nas instituições de ensino do município.

Além do alunado da Educação Infantil e Ensino Fundamental, séries iniciais de 1ª a 4ª, o Departamento de Educação Especial compreendem o Programa de Assistência ao Educando e as Escolas de Educação Especial. Estes programas distribuem-se nas diversas escolas do município e em escolas de ensino especial.

TABELA 4 – Portadores de Deficiências Inseridos na Rede Municipal Regular de Ensino, Foz do Iguaçu.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	ANO	Nº	ANO	Nº
AUDITIVA	2000	05	2004	23
VISUAL	2000	03	2004	14
FÍSICA	2000	06	2004	22
TOTAL	2000	14	2004	59

FONTE: SMEEI/ DEE ANO 2004

TABELA 5 – Portadores de Deficiências Atendidos por Programas Municipais de Ensino

PROGRAMAS	CLASSES ESPECIAIS		SALA DE RECURSOS		SALAS DE APOIO		CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA DEFICIENTES VISUAIS	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
ANO	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Nº DE ESCOLAS	15	20	03	04	00	11	01	01
Nº DE TURMAS	23	33	04	05	00	22	01	03
Nº DE ALUNOS	207	365	69	107	00	327	13	34

FONTE: SMEFI/ DEE, 2004.

Foz do Iguaçu é o primeiro Município no Estado do Paraná com Concurso para Intérprete e Instrutores de Libras, atuando na APASFI (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE FOZ DO IGUAÇU).

As ações promovidas pelo Departamento de Educação Especial do Município de Foz do Iguaçu incluem:

- Encontro de professores para capacitação, sensibilização e conscientização;
- Distribuição de kits educacionais de inclusão, objetivando a compreensão de metodologias específicas para cada tipo de deficiência, composto de material explicativa, fitas de vídeo e cds;
- Palestras sobre prevenção a deficiências (70% das deficiências seriam prevenidas se fossem realizados os acompanhamentos adequados e pré-natais);
- Adaptações curriculares;
- Adaptações físicas, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras (rampas, banheiros adaptados, barras, corrimão);
- Adaptações específicas para cada tipo de deficiência (livros em braile, carteiras adaptadas, lápis adaptado);

- Apoio psicopedagógico para a equipe de professores da rede municipal de ensino;
- A equipe do Departamento de Educação Especial é disponibilizada para eventuais palestras às outras Secretarias do Município;
- O Departamento promove a assistência às Escolas Especiais, através da lei nº2474 de 30 de novembro de 2001, que garante a cedência de professores para as mesmas e que incluem: ACDD, APASFI, APAE E NOSSO CANTO.

TABELA 6– Escolas Especiais do Município de Foz do Iguaçu

ESCOLAS ESPECIALIZADAS	Nº DE ALUNOS
ACDD (atende portadores de deficiência física)	135
APASFI (atende portadores de deficiência auditiva e surdez)	230
APAE (atende portadores de deficiência mental e múltiplas deficiências)	528
NOSSO CANTO (atende portadores de múltiplas deficiências)	131
TOTAL	833

FONTE: SMEFI/ DEE, 2004.

- A rede municipal de ensino conta, ainda, com 01 professora surda e 03 professoras portadoras de deficiência física, concursadas e lotadas no Ensino Especial;
- Foz do Iguaçu é o primeiro município do Estado do Paraná com concurso para intérprete e instrutores de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais), atuando na Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI).

O Departamento de Educação Especial do Município conta com equipe técnica especializada de professores nas áreas de deficiência física, mental, auditiva e deficiências múltiplas, formando a equipe de apoio às diversas instituições educacionais municipais de ensino regular.

Dependendo da evolução e desenvolvimento intelectuais dos portadores de deficiências dentro do ensino regular municipal, os mesmos são encaminhados para efetuação de matrícula na rede estadual de ensino.

Os alunos deficientes contam, ainda, com as salas de recurso e salas de apoio, onde, em regime de contra-turno escolar, são acompanhados pelo setor de psicopedagogia, sendo avaliados e recebem reforço nas áreas que se encontram defasadas.

As bibliotecas e salas de leitura disponíveis nas escolas regulares provêm aos alunos deficientes visuais de material didático e literário traduzido para o método braile. Todos os materiais didáticos, de transporte, mesas, cadeiras adaptados, são fornecidos pela Prefeitura do município de Foz do Iguaçu.

As crianças da educação infantil são matriculadas nas creches municipais e, de acordo com a observação de alterações no desenvolvimento normal, solicita-se uma avaliação da equipe psicopedagógica da Secretaria Municipal de Educação, sendo monitorada e estimulada até a data de ingresso no ensino fundamental.

5 OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu conta atualmente com 06 Instituições de Ensino Superior, sendo 05 particulares e 01 pública estadual, com cerca de 10.599 acadêmicos matriculados até a data da pesquisa realizada em novembro de 2004. São oferecidas 60 opções de cursos anuais de graduação de nível superior e 12 cursos tecnológicos de menor duração.

TABELA 7 – Número de alunos deficientes nas faculdades de Foz do Iguaçu

FACULDADES	TOTAL DE ALUNOS	PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS
A	2.836	2
B	2.572	6
C	944	1
D	1.002	14
E	263	3
F	1.776	2
TOTAL	10.599	28

FONTE: SMEFI/ DEE, 2004.

O número de matrículas de portadores de deficiências nas instituições de ensino superior em Foz do Iguaçu é de 28, o que representa 0,27% do total, incluindo-se aqui portadores de deficiência física (uso obrigatório de cadeira de rodas e com dificuldade de mobilidade), portadores de deficiência auditiva (surdos e com baixa audição) e portadores de distúrbios de linguagem. Não foi verificado aluno portador de deficiência visual matriculado no Ensino Superior. Os alunos deficientes estão matriculados nos diversos cursos oferecidos pelas Instituições do Município com História, Fisioterapia, Letras, Pedagogia, Jornalismo, Processamento de Dados,

Direito, Psicologia e Administração e Turismo. Estes números apresentados refletem a dificuldade de acesso e permanência dos portadores de deficiências em cursos de graduação e que, de modo geral, ocorrem freqüentemente em nosso país. O que se observou nos estabelecimentos de Ensino Superior, foi uma reorganização e reestruturação geral dos aspectos físicos, metodológicos e conceituais por parte das Direções Gerais e Coordenações dos Cursos. Através da determinação do Governo Federal e do Ministério da Educação, as Instituições passaram a ajustar-se às normas de adaptabilidade física, estrutural e arquitetônica da ABNT, tanto para atender os alunos de bancas especiais como os futuros acadêmicos portadores de deficiências físicas, visuais e auditivas. Este processo de reestruturação para a inserção dos portadores de deficiências no quadro acadêmico tem acontecido mais rapidamente nas instituições de ensino superior particulares do município de Foz do Iguaçu.

Ouvimos os relatos dos Gestores destas instituições, nos quais observamos uma preocupação por parte dos coordenadores, para com o ingresso, permanência e desenvolvimento acadêmico satisfatório dos portadores de deficiências. Esta preocupação inicia-se desde o preenchimento dos formulários para a realização dos Concursos Vestibulares e a solicitação de bancas especiais para a realização dos mesmos. Quando efetivada a matrícula, algumas instituições disponibilizam a equipe de assessoria de Ensino Especial, que irá realizar e prestar o atendimento e as adaptações necessárias ao atendimento do portador de deficiências, de acordo com a demanda.

Existe consciência, por parte dos Gestores e Coordenadores de Cursos para com o aumento da procura e ingresso do número de estudantes deficientes em seus estabelecimentos, ainda considerado pequeno se comparado com o total de alunos matriculados. No entanto, os portadores de deficiências já se encontram aí inseridos, refletindo que as possibilidades profissionais para estas categorias estão elevando-se, confirmando a premissa de que devemos nos ajustar à diversidade.

Quanto às adequações estruturais realizadas nas dependências das instituições, de acordo com o levantamento realizado e organizado na tabela 8, observamos que a totalidade já dispõe de adaptações físicas, arquitetônicas e metodológicas, promovendo o acesso aos portadores de deficiência física usuários de cadeiras de rodas e com dificuldades de mobilidade. Verificou-se a presença de rampas de acesso, corrimãos, elevadores em dois estabelecimentos, estacionamentos privativos para portadores de deficiência física, banheiros adaptados, e, em algumas delas, orelhões e bebedouros adaptados.

TABELA 8 – O Portador de Deficiência nas Instituições de Nível Superior de Foz do Iguaçu.

INSTITUIÇÕES	ADAPTAÇÕES	TIPO DE DEFICIÊNCIA	Nº DE ALUNOS DEFICIENTES
A	Rampas de Acesso Elevador Corrimão Banheiros Adaptados	Deficiência Física (Dificuldade de mobilidade, uso de bengalas e muletas) Deficiência Física (Uso de Cadeira de Rodas)	02
B	Rampas de Acesso Corrimão Banheiros Adaptados Estacionamento para Deficientes Físicos	Deficiência Física (Uso de Cadeira de Rodas) Deficiência Auditiva (Surdez)	06
C	Rampas de Acesso Elevador Corrimão Sinalização para Deficientes Físicos Bebedouros Adaptados Sinalização Para Deficientes Visuais Orelhão Adaptado Laboratório Adaptado Banheiros Adaptados	Deficiência Auditiva (Surdez)	01
D	Rampas de Acesso Corrimão Banheiros Adaptados Intérprete de Libras Sinalização para Deficientes Físicos	Deficiência Física (Dificuldade de mobilidade, uso de bengalas e muletas) Deficiência Física (Uso de Cadeira de Rodas) Deficiência Auditiva (Baixa Audição)	14
E	Rampas de Acesso Corrimão Banheiros Adaptados Sinalização para Deficientes Físicos Laboratório Adaptado Orelhão Adaptado	Deficiência Física (Uso de Cadeira de Rodas)	03
F	Rampas de Acesso Corrimão Banheiros Adaptados Estacionamento para Deficientes Físicos Sinalização para Deficientes Físicos	Deficiência Física (Dificuldade de mobilidade, uso de bengalas e muletas).	02
TOTAL	----	----	28

FONTE: SMEFI/ DEE, 2004.

A presença de intérpretes de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais), foi observada em uma Instituição, porém em outra, onde está matriculado um portador de deficiência auditiva, não contava com este serviço. A Diretora nos

informou a dificuldade de contratação deste profissional alegando não haver disponibilidade de recurso humano especializado na cidade.

6 QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA

O problema educacional do indivíduo portador de deficiência é apenas parte de um problema mais amplo das diferenças individuais humanas.

“Ser excepcional é ser raro ou incomum. O incomum, o bizarro e o inesperado sempre atraíram a atenção e freqüentemente despertaram medo e espanto. A alteração da ordem costumeira das coisas desperta a curiosidade das pessoas”. (TELFORD & SAWRAY, 1984, p.15)

Sabemos que a ciência originou-se, em grande parte, de suas tentativas de explicar o inesperado. O comum, em contrapartida, não oferece problemas. A partir daí, o interesse nos aspectos interacionais do indivíduo deficiente ser compreensível.

(“A maioria das conquistas significativas da ciência em geral, e da psicologia em particular, emergiu da curiosidade despertada pelos acontecimentos incomuns na vida e pelas necessidades deles resultantes. Um estado de coisas sadio e normal raramente atrai atenção”). (TELFORD & SAWRAY, 1984, p.16)

A história do princípio de integração e inclusão social desejável foi destacada com a comemoração, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência, estabelecidas em Assembléia Geral das Nações Unidas. Ações como esta serviram de alerta para a humanidade dar-se conta da enorme diversidade populacional de indivíduos “diferentes”, Já em 1990, em Jomtien, Tailândia, na Conferência Mundial de Educação para Todos enfocaram as necessidades educacionais especiais com ressignificação e reestruturação das escolas para atender a todos.

A partir do Informe Warnock, na década de 70, já relata a não segregação de alunos com dificuldades de aprendizagem estimulando-se as formas físicas, sociais e funcionais, sendo a última mais completa. Estas idéias desenvolveram-se e reapareceram na Declaração de Salamanca, em 1994, no conceito de escolas integradoras, educando-se todas as crianças “normais” e “anormais”, inclusive com deficiência mais grave. O Encontro da Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área de necessidades educacionais especiais, em termos de orientação inclusiva, as escolas regulares são:

“os meios mais capazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo

a educação para todos; além disso, proporcionam uma orientação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência numa ótima relação custo-qualidade de todo o sistema educativo”.(p.9)³

Com esta abrangência, a intencionalidade das escolas integradoras seria a de favorecer as mudanças de atitudes, discriminação e exclusão de alunos deficientes, “problemas”, substituindo-as por movimentos de aceitação das diferenças individuais e de relações sociais saudáveis, em vez de sentimentos de piedade e de tolerância. A Declaração de Salamanca foi um marco histórico para o desenvolvimento da educação mundial, no entanto, a distância entre o discurso e a prática permanece enorme, sendo sua operacionalização lenta e inexistente em muitas localidades, estando muitas crianças longe de serem admitidas em uma instituição educacional especial ou regular.

No Brasil, ainda não atingimos esse ideal de atendimento educacional em todas as instituições de ensino, porém verificamos um aumento do número de salas de recursos e salas de apoio oferecidas para atender a demanda e na elevação da procura por vagas nos estabelecimentos especializados. Embora os atendimentos educacionais aos portadores de deficiência tenham se elevado, o número ainda permanece tímido na inserção dentro de classes regulares.

O modelo educacional aplicado na cidade de Foz do Iguaçu não se diferencia das demais cidades do país. A existência de duas modalidades de educação escolar existente comprova o nosso despreparo para trabalhar com a diversidade, intensificando as separações e a dicotomia educacional. Os dados quantitativos encontrados nesta pesquisa atestam que, embora a Legislação Educacional Brasileira em vigor defenda a preferência pela inclusão de alunos portadores de deficiências no sistema regular de ensino, os números efetivos são pouco expressivos. Importante ressaltar que as modalidades de Classe Especial, Sala de Apoio e Salas de Recursos disponíveis na rede regular de ensino não deveriam representar o que se considera inclusão educacional de qualidade, o que reduz ainda mais o princípio da Educação para Todos e o número total de seus beneficiários.

Destacamos, ainda, a grande concentração de população jovem inserida no ensino fundamental e médio das escolas de nossa cidade. Porém, os números reduzem-se significativamente nos níveis do ensino profissionalizante e superior, demonstrando as dificuldades de acesso a estes estágios de ensino. Mesmo com a expansão das instituições de nível superior particular no município, aumentando o número de oferta de vagas, nem todos os estudantes reservam-se no direito de pleiteá-las. Os alunos ainda permanecem à mercê de um processo seletivo na Instituição Pública que induz a escolha dos melhores para fazerem parte do seu quadro acadêmico. Pôde-se observar, como resultado da pesquisa realizada nas Instituições de ensino

na cidade de Foz do Iguaçu, que os estabelecimentos tem direcionado uma maior atenção à demanda existente, e estão procurando, de algum modo, receber e manter os alunos portadores de deficiência em suas dependências. Os números relativos ao ingresso de alunos portadores de deficiências em estabelecimentos de Educação Especial cresceram sensivelmente na cidade, fatores que podem ser atribuídos a uma maior divulgação pela mídia e uma busca das famílias por melhores recursos educacionais e de qualidade de vida para estas crianças.

7 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES COMO AGENTE PROPULSOR DA INCLUSÃO

Um dos aspectos que se destacaram nas entrevistas desenvolvidas junto aos professores da rede regular de ensino foi o posicionamento demonstrado pelos mesmos frente à população atendida. Os professores que possuem alunos portadores de deficiência em suas salas de aula ou que já tiveram esta experiência demonstram interesse e pensamentos concretos pela inclusão dos mesmos juntamente com os demais, sem deficiência. Aqueles professores que ainda não experimentaram a presença, na sala de aula, de alunos com algum tipo de deficiência justificam freqüentemente a sua incapacidade e falta de formação profissional suficiente para tal.

As necessidades de mudanças nos Programas Educacionais atuais são iminentes, e invocam a reflexão sobre a impropriedade e dicotomia entre as características educacionais, metodológicas e incondicionalmente às relacionadas à formação de professores.

“A formação de qualquer educador deve ser rica o bastante para permitir uma aguda consciência da realidade em que irá atuar, uma fundamentação teórica que permita uma ação coerente, além de uma satisfatória instrumentalização técnica que lhe possibilite uma ação eficaz”.(MAZZOTTA, 1993, p.40).

Os professores, em sua maioria, foram capacitados para trabalhar com a homogeneidade dentro da sala de aula, o que lhes gera inúmeras resistências frente às diferenças mais acentuadas de alguns. Alegam, freqüentemente, a sua incapacidade ou incompetência para “ensinar” os alunos portadores de deficiências.

O processo de construção do conhecimento de um aluno deficiente está menos focalizado em suas características limitadoras, e mais nas diversificações das ofertas educativas que as escolas devem dispor para todos.

De acordo com o artigo nº59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, está inserida a mensagem sobre a capacitação dos professores do ensino regular

com vistas à integração dos portadores de deficiências nas classes comuns. Esta vem ao encontro da proposta inclusiva que implica oferecer a todos os docentes os conhecimentos e habilidades indispensáveis para atender às necessidades educacionais de seus alunos. O incentivo ao desenvolvimento da capacidade crítica do professor durante o seu processo de formação está intrinsecamente ligado ao seu desenvolvimento humano.

Mazzilli também se refere a potencialização humana na formação dos professores:

“A transformação social é a transformação das condições concretas da vida dos homens”. (MAZZILLI, 1994, p.57).

Ao professor caberia o papel fundamental de dinamizar e integrar a diversidade dentro da sala de aula, incentivando a concretização de ações efetivas neste mesmo sentido.

“O modelo de formação de professores se interligaria com um processo de inovação e de reforma efetiva de todo o sistema de ensino. Com um novo modelo de formação de professores, a escola passaria a dar respostas às suas necessidades, ajustando-se a todo o tipo de casos e produzindo, no seu seio, os próprios sistemas de suporte. Esta seria, num dado sentido, a verdadeira Educação Especial, tomando cada criança, deficiente ou não-deficiente, como um caso especial, tendo em atenção as suas necessidades, as suas capacidades e os seus desejos, ou seja, o seu perfil intra-individual de aprendizagem”. (FONSECA, 1995, p.226).

A formação desejável de professores, dentro das expectativas de uma educação para todos, para a inserção de alunos portadores de deficiência em estabelecimentos regulares, abrangeria uma profunda análise dos conhecimentos e procedimentos relacionados aos alunos considerados divergentes do senso comum. Esta formação atingiria todos os níveis de ensino, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, o Ensino Profissionalizante e o Ensino Superior.

O papel do professor em sala de aula é de fundamental importância, pois, se a criança, o adolescente ou o jovem não tiveram oportunidade de adquirir, no seio da família, princípios de tolerância e respeito frente à diversidade sócio-cultural, com a escola podem e devem exercer este papel.

O conjunto de uma turma heterogênea é complexo, mas também o torna mais rico. As crianças, em sala de aula com o professor, aprenderiam a perceber “o outro”, o seu colega diferente, como um ser que possui emoções, desejos, capacidades, dificuldades e produtividade assim como elas próprias, desfazendo a

imagem estigmatizante do portador de deficiência. O papel do professor é inevitável para que o crescimento de todos ocorra. Daí a importância no seu processo de formação profissional e desenvolvimento humano.

O professor que aceita a diversidade em sala de aula deve ser capaz de refletir sobre sua própria condição, enquanto ser humano, suas dificuldades e como ele percebe esta diversidade. Estas reflexões levam-nos aos cursos, não somente do ensino fundamental e médio, mas também os de nível superior nas áreas de Ciências Exatas, Humanas e Biológicas, pois daí, também emergirá uma grande parcela de educadores.

O que se propõe, é a possibilidade de olhar e conviver com a diversidade com atenção cuidadosa, principalmente para desfazer a imagem estereotipada que há tanto tempo a acompanha. Conviver com indivíduos que tenham alterações orgânicas não vai nos diminuir em nada, e deficientes que utilizam outra linguagem como recursos para a fala e a escrita, só nos têm a acrescentar como seres humanos.

Professores que já conviveram e convivem com a diversidade em sala de aula transmitem a sua satisfação tanto em oferecer como em receber conhecimento de seus alunos portadores de deficiências. Os pré-conceitos, anteriormente estabelecidos por professores, em sua grande maioria desfaz-se na presença de deficientes nas turmas regulares de ensino. Todos, de modo geral, crescem em auto-estima, autoconfiança, respeito, tolerância, compreensão, colaboração, criatividade e relacionamento social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de análise e estudo reflexivo quanto às possibilidades transformadoras da situação educacional dos indivíduos portadores de deficiência inseridos nos estabelecimentos educacionais de Foz do Iguaçu, tornou-se inevitável considerar a formação docente como fundamental para que os processos inclusivos ocorram. A investigação das articulações entre as políticas educacionais estabelecidas e a prática no cotidiano escolar e de formação docente torna-se urgente, verificando as possibilidades reais e limitadoras de elevação dos números de portadores de deficiências nestes estabelecimentos. Embora os alunos deficientes tenham sido inseridos e obtido espaço em escolas de ensino regular, muitas vezes ainda são considerados invasores dentro da sala de aula, trazendo sensação de desconforto, insegurança e temor à equipe docente, coordenação, funcionários e colegas de turma. Entretanto, a manutenção dos modelos de formação de professores vigente no sistema educacional brasileiro perpetua as condições excludentes tanto das maiores quanto da própria classe de docentes, mascara as estatísticas oficiais e prejudica o processo emancipatório de formação humana.

9 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça-CORDE. **Normas e Recomendações Internacionais Sobre Deficiências**. Brasília: 1997.

FONSECA, Victor da. **Educação Especial. Programa de Estimulação Precoce: Uma Introdução às Idéias de Feuerstein**. Artmed Editora, 1995.

MAZZILI, S. **A Pedagogia além do discurso**. 2ª ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil-História e Políticas Públicas**. Cortez, 1993.

MEC-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS **PÁTIO REVISTA PEDAGÓGICA**. Ano VIII Nº32. Novembro 2004/janeiro 2005, p.33-36. Artmed Editora.

SAWREY, J.M., e C.W. TELFORD. **Adjustment and Personality**, 4ª ed. Boston: Allyn e Bacon, 1975.

TELFORD, C.W. e SAWREY, J.M. **O Indivíduo Excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

NOTAS

- ¹ Terapeuta Ocupacional pela Universidade Tuiuti do Paraná em 1992; Especialista em Docência do Ensino Superior; Responsável pela Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade União das Américas de Foz do Iguaçu; Coordenadora do Setor de Terapia Ocupacional da Apae de Foz do Iguaçu desde 1995. Pesquisa desenvolvida como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior da União Dinâmica de Faculdades Cataratas, 2005. **E-MAIL:** deniserodinski@hotmail.com
- ² Atualmente contamos com dados mais atualizados do censo escolar de 2005(MEC/ INEP).
- ³ Trata-se de citação de Mel Ainscow (1997) extraída de versão inglesa da Declaração de Salamanca.